



Responsabilidade ambiental: um estudo sobre o uso da evidenciação contábil pelas indústrias de transformação mineral do estado do Pará

**Leila Márcia Sousa de Lima Elias¹
Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²
Paulo César de Ribeiro Quinteiros³**

Resumo

As atividades das empresas de mineração, incluindo as do setor de transformação mineral, têm impactos sobre o meio ambiente das regiões onde atuam. Como consequência, as mineradoras devem realizar despesas e assumir obrigações visando evitar a degradação ambiental e minimizar os danos causados à natureza. Neste trabalho, será apresentada uma análise sobre o uso da Contabilidade Ambiental na evidenciação contábil das ações de responsabilidade socioambiental, realizadas pelas empresas do setor de transformação mineral, localizadas no Estado do Pará, Brasil. Os dados utilizados foram obtidos por pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório. Os resultados obtidos mostram que as empresas estudadas não utilizam as formas de evidenciação contábil para divulgar informações de natureza ambiental de forma segregada. Assim sendo, é impossível, para analistas e investidores, realizar a avaliação de possíveis passivos ambientais futuros, bem como da sustentabilidade organizacional das empresas. Em síntese, a falta de

Recebimento: 10/2/2009 • Aceite: 10/8/2009

1 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté.

2 Doutor em Organização Industrial/ ITA – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté.

3 Doutor em Física - CBPF/CNPq - Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté. Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225 Centro, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: quinteiros@gmail.com

informações inviabiliza a avaliação do desempenho e da perenidade dessas organizações, considerando o horizonte de longo prazo.

Palavras-Chaves: Responsabilidade Socioambiental. Contabilidade Ambiental. Mineração.

Environmental responsibility: A study about the use of accounting disclosure for mineral processing industries of the Pará state

Abstract

The activities of mining companies, including the mineral processing sector, have serious impacts on the environment of the regions where these organizations work. As a result, mining companies possibly can incur costs and assume obligations in order to prevent environmental degradation as well as minimize damage to nature. In this paper, we present an analysis on the use of Environmental Accounting in accounting disclosure of environmental responsibility actions performed by companies in the mineral processing, working in the Pará, a Brazilian state. The data used were obtained by research on literature and documents. The results show that the companies studied do not use the forms of accounting disclosure to disclose environmental information in a segregated way. Therefore, it is impossible for analysts and investors, process the evaluation of possible future environmental liabilities, as well as the organizational sustainability of businesses. In summary, the lack of information makes impossible to evaluate the performance and durability of these business, considering the long-term horizon.

Keywords: Socioenvironment Responsibility. Environmental Accounting. Mining.

1. Introdução

Até a década de 1980, as organizações se preocupavam prioritariamente com a eficiência dos sistemas produtivos, em detrimento de suas conseqüências socioambientais (TINOCO E KRAEMER, 2004). No período entre o final do século XX e o início do XXI se deu notório aumento das pressões dos *stakeholders* quanto aos cuidados dispensados pelas empresas a essas questões (RIBEIRO, 2006).

Devido aos impactos socioambientais, inerentes às suas atividades, o setor de mineração tornou-se alvo de cobranças de ações de responsabilidade socioambiental, inclusive da parte dos investidores (IBRAM, 2007). Afinal, a negligência dos gestores em relação às questões ambientais pode colocar em risco o retorno dos investimentos. Isso teve reflexos no mercado das bolsas de valores, onde há grupos de investidores que aplicam seus recursos somente em empresas socialmente responsáveis (BRAGA, 2007).

Neste artigo será apresentada uma pesquisa, bibliográfica e documental, sobre como e onde estão sendo divulgadas as informações contábeis de natureza ambiental, realizadas pelas empresas do setor industrial de transformação mineral do Estado do Pará. A partir dos relatórios contábeis e institucionais das empresas do setor estudado, será possível: identificar em quais relatórios as empresas divulgam informações sobre sua relação com o meio ambiente.

2. Fundamentos teóricos

As organizações produtivas consomem recursos financeiros, recursos ambientais renováveis e não-renováveis e recursos sociais. As suas atividades produtivas devem, portanto, promover a intersecção entre os interesses dos investidores e os da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2002).

A partir da década de 1980, o termo sustentabilidade passou a ser usado no âmbito de um crescente processo de conscientização quanto à necessidade de preservar o meio ambiente das agressões advindas dos processos de desenvolvimento (SAVITZ, 2007). A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunida em Nova York no ano de 1987, por meio do Relatório Brundtland, definiu desenvolvimento sustentável como “o atendimento das necessidades dos presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (ONU, 2001).

Tinoco (2006) adverte que o modelo de crescimento econômico praticado até três décadas passadas gerou enormes desequilíbrios no meio ambiente. Segundo Ribeiro (2006), o desenvolvimento econômico gerou a riqueza, mas também poluição (KRAEMER, 2001). Os gestores e *stakeholders* ligados às indústrias de mineração — assim como os dos demais setores produtivos — perceberam que poluir e degradar o meio ambiente pode implicar perdas e barreiras a venda de produtos. ABAL (2006) destaca que as companhias brasileiras do setor de alumínio se desenvolvem com base nas três vertentes da sustentabilidade: social, econômica e ambiental.

A Responsabilidade Social é definida pelo Instituto Ethos como a gestão baseada na relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Envolvendo o cumprimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, a preservação dos recursos ambientais e culturais para gerações futuras, o respeito à diversidade e a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2007).

Na literatura há diversas definições para responsabilidade social, tais como encontradas em Ferrel (2001), Almeida (2002) e Ashley (2002). Neste artigo será adotada àquela do Instituto Ethos (ETHOS, 2007), por ser mais abrangente e englobar a sociedade e o meio ambiente, com ênfase à redução das desigualdades sociais.

2.1. Indicadores de Desempenho e Responsabilidade Social Corporativa

Os indicadores são utilizados para aferir os efeitos de medidas tomadas para alcançar metas. De acordo com Bellen (2005), servem para indicar aos gestores quanto ao surgimento de novas tendências ou fenômenos não imediatamente detectáveis. Os indicadores ambientais expressam informação útil e relevante em relação à atuação ambiental da empresa (KRAEMER, 2007).

De acordo com Paiva (2003), as indústrias estão utilizando indicadores de desempenho ambiental em alguns países como Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Bélgica, Suíça, Austrália e Inglaterra para controle e divulgação de medidas de emissão de resíduos na natureza, advindos de seus processos produtivos.

Paiva (2003) afirma que a utilização de indicadores, por parte das empresas, permite acompanhar se os investimentos e as despesas realizados comprometem o desempenho econômico. Sintetizam as informações quantitativas e qualitativas que permitem a determinação da sua eficiência e efetividade, sob o ponto de vista ambiental, na

utilização dos recursos disponíveis. Adotando a premissa de que as informações disponibilizadas pelas indústrias de transformação mineral devem permitir a obtenção dos indicadores socioambientais, faz-se imperativo abordar o tema Contabilidade Ambiental.

2.2. Contabilidade Ambiental

Segundo Ferreira (2003), a partir da década de 1990, os gestores passaram a requerer da Contabilidade novas informações financeiras, visando auxiliar o controle e a tomada de decisão relativa aos problemas ambientais. Em 1993, o CICA – *Canadian Institute of Chartered Accountants* – deu início aos primeiros estudos que examinaram como os efeitos do meio ambiente poderiam ser considerados e registrados nos relatórios financeiros das entidades (FERREIRA, 2003).

A ONU mantém o Grupo Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade. Um dos objetivos desse grupo é desenvolver um quadro referencial teórico de uma contabilidade voltada a sustentabilidade organizacional. Tal quadro deverá contemplar os passivos contingenciais, procurando mensurar os impactos ambientais, conforme a Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2007).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Contadores – Ibracon – publicou, em 1996, as Normas e Procedimentos de Auditoria 11 – NPA 11 (IBRACON, 1996). Esses documentos recomendam que os relatórios da administração e as demonstrações contábeis reflitam as diretrizes ambientais adotadas pelas empresas.

Algumas iniciativas de regulamentação sobre o tema despontam no cenário brasileiro. O Projeto de Lei (PL) 3.116/97, atualmente na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público do Senado. Esse projeto prevê a obrigatoriedade do Balanço Social Empresarial, criando o Selo Empresa Responsável (BRASIL, 2007).

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC, responsável pela fiscalização da profissão contábil e a emissão de normas técnicas de matéria contábil, manifestou-se com a publicação da Resolução CFC nº 1.003/04, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 15, referente às Informações de Natureza Social e Ambiental, que estabelece procedimentos para a evidenciação dessas informações, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2006).

As normas de proteção ambiental são consideradas marcos na evolução das Ciências Contábeis, pois requerem a prática e a aplicação

de procedimentos que envolvem elevados investimentos, tais como: ISO, séries 9000 e 14000, versa sobre a qualidade e proteção ambiental; BS 8800, *British Standard 8800*, trata da saúde no ambiente de trabalho; OHSAS 18001, *Occupational Health and Safety Assessment Serie 18001*, dispõe sobre segurança e saúde no local de trabalho; SA 8000, *Social Accountability*, discorre sobre funcionários e condições de trabalho; AA 1000, *AccountAbility 1000*, refere-se à responsabilidade social de forma geral, inclusive meio ambiente; e GRI, *Global Reporting Initiative*, dá ênfase aos aspectos ambientais.

As novas estratégias de gerenciamento são impulsionadoras da utilização da Contabilidade Ambiental. A adoção dos sistemas de gestão ambiental implica a necessidade de mensurar, registrar e evidenciar os investimentos, obrigações e resultados alcançados, o que proporcionaria a transparência que os diversos usuários das informações contábeis necessitam, estreitando a relação entre o sistema de gestão ambiental e a contabilidade ambiental (DUTRA, 2002).

Uma empresa que reconhece suas responsabilidades ambientais e sociais poderá diminuir seu risco financeiro futuro, resultante de possíveis incidentes ambientais. Ao mesmo tempo, poderá pagar menores prêmios de seguro em consequência do menor risco. Uma taxa de risco ambiental baixa pode assegurar às empresas menores taxas de juros na captação de recursos (KRAEMER, 2001).

Portanto, a empresa que demonstrar avanços no uso de tecnologias ambientalmente corretas, em seus processos produtivos sustentáveis, poderá angariar benefícios adicionais, obtendo vantagem competitiva por estar fornecendo bens e serviços ambientalmente adequados (RIBEIRO, 2006). Tais benefícios podem ser observados pelo aumento do comprometimento dos funcionários, menor número de taxas e multas por danos ambientais, menores custos de produção e de disposição de resíduos, além do acesso a melhores oportunidades de negócios.

2.3. Eventos Econômicos de Natureza Ambiental

Os eventos econômicos decorrem dos processos operacionais das organizações e afetam a situação patrimonial, podendo, inclusive, levar à descontinuidade, caso não recebam o tratamento adequado. (TINOCO E KRAEMER, 2004).

Quanto ao registro dos eventos econômicos de natureza ambiental, Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que deve ser feito de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Especialmente para aquelas questões que nem sempre são abordadas pelos princípios da Teoria da Contabilidade.

Quanto a indústria de transformação mineral em especial, Tinoco e Kraemer (2004) destacam os principais eventos de natureza econômica desse segmento, que devem ser registrados para a verdadeira análise da situação da organização: a degradação da qualidade da água, que implica local de tratamento e construção de aterros sanitários; a poluição aérea; emissões de poluição das usinas, especialmente de material particulado, lançamentos de óleos e graxas, carga orgânica, manganês solúvel, amônia etc., implicando investimentos para controlá-la; o descarte zero de efluentes industriais; a redução no consumo de produtos químicos; a produção mais limpa, com o reaproveitamento dos resíduos e reciclagem de materiais; e a ecoeficácia como prática rentável, calcada na utilização racional e na otimização de matérias-primas e energia dos processos produtivos.

2.4. A evidenciação da informação Contábil de Natureza Ambiental

O termo evidenciação, Ciências Contábeis, é utilizado para a demonstração de informações úteis e relevantes. Segundo Kosztrzepa (2004), a evidenciação pode ser feita diretamente nas demonstrações contábeis tradicionais da empresa, abrangendo os Balanços, as Demonstrações de Resultados; os Relatórios de Administração, as Notas Explicativas e os Relatórios Ambientais e Institucionais. Tinoco e Kraemer (2004) apontam que seu objetivo é divulgar informações dos desempenhos econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais e *stakeholders*

O Conselho Federal de Contabilidade Federal – CFC (2006), por meio da NBCT 15, determina precisamente no item 15.2.4.1 da Norma, as informações referentes à interação com o meio ambiente que devem ser evidenciadas como: investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, tercerizados, autônomos e administradores da entidade; investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; investimentos e gastos com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente; e passivos e contingências ambientais.

A proposta da Contabilidade Ambiental é que as demonstrações contábeis se tornem mais um instrumento de gestão ambiental, abrangendo o universo de todos os usuários da informação contábil. Assim, por exemplo, o governo teria condições de averiguar se os gastos com o meio ambiente estão de acordo com as políticas ambientais determinadas e, também, com a capacidade financeira de cada empresa (FERREIRA, 1995).

3. Metodologia

O presente trabalho contém uma análise da evidenciação dos eventos econômicos, de natureza ambiental, realizados pelas organizações industriais de transformação mineral. De acordo com Richardson (1999), este tipo de estudo é classificado como de corte transversal, tendo a finalidade de delinear um acontecimento em um dado período de tempo.

Para a realização deste estudo foram pesquisadas todas as dez organizações do Setor Industrial de Transformação Mineral, localizadas no Estado do Pará até o ano de 2006. O número de empresas foi obtido a partir do registro empresarial da Secretaria Estadual da Indústria e do Comércio – SEICOM e do Anuário Mineral Brasileiro 2006, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2006).

Os objetos da análise apresentada foram os relatórios e as demonstrações contábeis, referentes aos exercícios sociais dos anos de 2004, 2005 e 2006. Nota-se que tal intervalo de tempo permite avaliar a evolução da evidenciação das informações socioambientais.

A coleta de dados envolveu, ainda, os seguintes itens: relatórios institucionais, divulgações midiáticas, publicações disponibilizadas para a sociedade em forma de boletins, reportagens e matérias referentes a programas de responsabilidade socioambiental. Assim sendo, a presente pesquisa contemplou os relatórios institucionais e todas as divulgações das atividades das empresas estudadas, incluindo as metas durante os exercícios estabelecidos, os relatórios de responsabilidade social, ambiental e outros.

4. Estudo sobre o setor de transformação mineral do estado do Pará

4.1. Breve histórico do setor de transformação mineral no estado do Pará

De acordo com Reis (2007), a Indústria de Transformação Mineral pode ser caracterizada pela natureza das matérias-primas que utiliza. No Brasil, seu principal segmento é a indústria de transformação de minerais metálicos, cuja atuação compreende a metalurgia e a siderurgia. Segundo o Departamento de Produção Mineral — DNPM (2007), o setor metalúrgico nacional é formado principalmente por pequenas e médias indústrias. As grandes empresas do setor são as produtoras e fornecedoras de metal primário, as quais são geralmente ligadas às empresas de mineração. Isso ocorre na produção de cobre, com a Caraíba Metais, e na produção de alumínio, em que se destacam as indústrias Albrás-Alunorte, Alumar, Alcan, CBA, Alcoa e Billiton. O mesmo ocorre nos segmentos de estanho, níquel, zinco, cromo, nióbio e titânio.

No setor de alumínio, no Pará, a Mineração Rio do Norte é coligada das indústrias de alumina e alumínio, a Alumínio do Brasil S/A — Albrás e a Alumínio do Norte S/A — Alunorte, subsidiárias da Companhia Vale — CV, e a Alumínio do Maranhão - Alumar, entre outras consumidoras de matéria-prima. No setor de minério de ferro, as siderúrgicas Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e a Belgo Mineira possuem jazidas e mineradoras próprias, para seu abastecimento (DNPM, 2007).

Localizado na Região Norte do Brasil, o Estado do Pará representa 16,66% do território Nacional e 26% da Amazônia. É o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, com uma área de 1.248.042 km². Devido a sua grande extensão geográfica, atualmente o Estado apresenta uma formação divisional interna, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais (PARÁ, 2006a).

Em termos políticos, o Estado é formado atualmente por cento e quarenta e três municípios. Nos contextos econômico e social, os municípios são agrupados em seis mesorregiões: Região Metropolitana de Belém, Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste, Sudeste e Sudoeste Paraense; e ainda, em 22 microrregiões, segundo a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (PARÁ, 2006a).

De acordo com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio – SEICOM (PARÁ, 2006a), a mineração representa o mais expressivo segmento da economia paraense, ocupando o primeiro lugar na pauta de exportações do Estado. Enríquez (2007) afirma que o Pará é um estado de vocação mineral comprovada. Dados da SEPROF (PARÁ, 2006b), mostram que até o ano de 2007 existiam, em atividade, 14 minas de minério. Estas respondiam por 77,4% das exportações paraenses, alcançando um faturamento de quase US\$ 1,8 bilhão ao ano.

O subsolo paraense abriga reservas de dez substâncias minerais metálicas e treze substâncias não metálicas. As reservas de maior expressão internacional são as de bauxita metalúrgica que em 2004 respondiam por 5% das reservas globais, além das reservas de manganês e de ferro, que respondem cada uma por 1% das reservas globais.

As principais províncias minerais paraenses são: Carajás; Reserva Nacional do Cobre e Associados; Xingu/Pacajá; e as províncias Auríferas do Tapajós, Gurupi e Andorinhas-Sapucaia. Entre os principais produtos extraídos nessa região estão o minério de ferro, o alumínio e seus derivados, bauxita, caulim, manganês, ouro e cobre (DNPM, 200).

A maioria das riquezas minerais está concentrada nas regiões Carajás e Araguaia. Um dos municípios mais importantes da região de Carajás é Marabá, com a Serra dos Carajás, maior província mineral do planeta (PARÁ, 2006a). As principais atividades desse segmento compreendem a industrialização de liga ferro-níquel, a instalação das minas de bauxita, a ampliação da cadeia do alumínio e do caulim e subprodutos, a instalação do pólo metalúrgico e a pesquisa geológica de rochas ricas em fósforo, potássio, magnésio e cálcio (PARÁ, 2006).

A Companhia Vale do Rio Doce, a qual a partir de 2008 passou a denominar-se Vale, e suas coligadas, Albrás, Alunorte, Mineração Rio do Norte e Pará Pigmentos são as principais produtoras, beneficiadoras e exportadoras de minério de ferro, bauxita, cobre, alumina, alumínio e caulim, devido ao volume de processamento realizado ao dia (IBRAM, 2007).

Além desses, outros bens minerais são explorados no Pará, como água mineral, areia, argila, calcário, diamante, estanho, gemas (ametista, opala, topázio, turmalina, dentre outras), pedras britadas e ornamentais e quartzo para produção de silício metálico.

O solo do Estado abriga as maiores reservas de bauxita do país, com jazidas de excelente qualidade, tornando-se forte atrativo de investimento para o incremento da sua produção. A implantação da indústria de alumínio no Pará viabilizou a construção da hidrelétrica de Tucuruí Eletronorte, a qual disponibiliza a energia elétrica necessária, outro insumo básico para a obtenção do metal (DNPM, 2006).

Em face disso, foram implantadas três grandes indústrias no Estado, fechando assim o ciclo de produção de alumínio em solo paraense. O processo se inicia com a extração do metal pela mineração Rio do Norte-MRN, que extrai a bauxita nas jazidas do Rio Trombetas, no Oeste Paraense. Em seguida, o metal é encaminhado à Alunorte

para a produção de alumina, matéria-prima do alumínio; então é enviado à Albrás para o beneficiamento da alumina, finalizando a cadeia produtiva do alumínio.

A seguir é apresentado o levantamento realizado sobre como e onde estão sendo evidenciadas as informações de natureza ambiental das indústrias do setor de transformação mineral consideradas como população deste estudo, ressaltando que só foi possível obter qualquer informação sobre sete empresas, são elas: Alunorte, Albrás, Alubar, Camargo Correa, Cosipar, Simara e Sidepar.

4.2. Alunorte

As informações coletadas, relacionadas a 2004, 2005 e 2006, mostraram que a empresa não utilizou as formas de evidenciação obrigatórias para divulgar as informações contábeis de natureza ambiental, registradas de forma quantitativa. Somente foram utilizadas as demonstrações que divulgam de forma qualitativa, como o Relatório de Administração.

Para os *stakeholders* torna-se difícil o acompanhamento do desempenho ambiental da empresa, pois a Alunorte comprova a obtenção de lucro líquido em todos os períodos pesquisados. No entanto, não é possível avaliar e mensurar o percentual de investimento na área ambiental, ou até mesmo o comprometimento futuro do capital da empresa, devido à ausência da informação segregada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e no Balanço Patrimonial.

Para que se possa realizar a análise torna-se necessário buscar as formas de evidenciação voluntárias, como o Balanço Social; só então é possível obter a informação contábil de natureza ambiental para a realização da análise.

Os dados da Alunorte, obtidos no Balanço Social, permitem acompanhar o fluxo entre o Lucro Líquido que a empresa obteve em cada período e o investimento realizado na área ambiental, conforme mostrado percentualmente. No entanto, não são suficientes para permitir a análise do nível de sustentabilidade organizacional.

A forma como a informação de natureza ambiental foi evidenciada não possibilita a obtenção dos valores destinados às despesas ambientais, às obrigações ambientais, ou, ainda, às obrigações futuras. Nota-se que os valores referentes aos eventos econômicos de natureza ambiental não são registrados de forma quantitativa e sim qualitativa.

4.3. Albrás

A Albrás utiliza duas formas de evidenciação obrigatórias para divulgar os eventos econômicos de natureza ambiental de forma quantitativa: as Notas Explicativas e o Relatório de Administração. São informados a realização de investimentos ambientais, bem como os Passivos Contingenciais. Todavia, as obrigações ambientais presentes não foram evidenciadas, impossibilitando a identificação dos gastos realizados na área ambiental nos períodos analisados.

Os dados da Albrás, presentes no Balanço Social, permitem acompanhar um fluxo entre o Lucro Líquido, que a empresa obteve em cada período, e os investimentos realizados na área ambiental.

O fato de a empresa Albrás promover a evidenciação de informações referentes aos eventos econômicos de natureza ambiental realizados por ela, de forma quantitativa, proporciona um nível de análise mais próximo da avaliação de sustentabilidade organizacional esperada. Possibilitando acompanhar se os investimentos e as despesas na área ambiental não prejudicariam o lucro obtido pela empresa.

4.4. Alubar Metais S/A

Devido à dificuldade de acesso às informações contábeis de natureza ambiental, não foi possível realizar a análise referente às evidenciações dos resultados da empresa.

4.5. Camargo Correa Metais S/A

A empresa Camargo Correa Metais, por ser uma Sociedade Anônima, publica anualmente todos demonstrativos contábeis e financeiros em jornal de grande circulação. Torna público, aos usuários e interessados, os resultados alcançados no respectivo exercício social. A partir dessas publicações foram obtidas as informações referentes ao desempenho econômico da empresa nos exercícios de 2004 a 2006.

As formas de evidenciação, adicionais ou voluntárias, tais como a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foram publicadas em conjunto com as informações quantitativas do Grupo Camargo Correa, ou seja, consolidadas. Não foi possível abstrair o valor aplicado somente pela Camargo Correa Metais diretamente do relatório anual publicado.

Da mesma forma, os valores correspondentes aos investimentos ambientais foram divulgados de forma agregada àqueles do Grupo Camargo Correa, ou seja, o valor consolidado de todas as empresas do grupo, de forma quantitativa.

No entanto, ainda na DVA, a empresa apresenta inúmeros projetos e programas desenvolvidos na área ambiental, tanto de preservação quanto de conservação, reforçando a existência de investimentos na área ambiental, sendo que a informação detalhada das ações e práticas nessa área é apresentada somente de forma qualitativa.

Devido à dificuldade de acesso às informações contábeis de natureza ambiental, da empresa Camargo Correa Metais, não é possível realizar alguma análise em relação às evidenciações contábeis de natureza ambiental.

4.6. Cosipar

Devido à ausência de divulgação das informações contábeis de natureza ambiental de forma quantitativa e segregada, não foi possível realizar a análise referente às evidenciações contábeis ambientais de natureza ambiental.

4.7. Simara

Em decorrência da dificuldade de obtenção dos dados da empresa Siderúrgica de Marabá S/A - Simara junto aos órgãos governamentais e à própria empresa, não há como identificar ou emitir qualquer comentário em relação à forma de evidenciação da informação contábil de natureza ambiental da empresa durante os exercícios analisados.

4.8. Sidepar

Devido ao difícil acesso às publicações das demonstrações contábeis e financeiras da Sidepar, não foi possível obter nenhum relatório para avaliar o desempenho econômico e financeiro da empresa. Observa-se que todas as informações obtidas, pertinentes à empresa, foram oriundas de pesquisas realizadas por outras instituições.

5. Considerações finais

Em um ambiente de negócios como o deste início do século vinte e um, as organizações são globais e as ações empreendidas por seus gestores afetam a todos que mantêm algum tipo de relação com as empresas. Nesse contexto, dadas as dimensões dos empreendimentos, a variável ambiental está mais presente no mundo dos negócios.

Em um mercado altamente competitivo e profundamente marcado por turbulências como o atual, a Responsabilidade Social Empresarial tornou-se sinônimo de relacionamento ético da empresa com todos os *stakeholders*. Isso inclui respeito ao meio ambiente e investimentos em ações sociais.

Assim sendo, as entidades devem buscar investimentos e obrigações que permitam atender às exigências dos grupos de interesses. Entretanto, ao mesmo tempo é preciso garantir a perenidade da empresa.

O Estado do Pará é detentor de vasta biodiversidade natural. Devido à grande quantidade de reservas minerais disponíveis na região, o setor de mineração é um grande propulsor ao desenvolvimento do Estado do Pará. Além de ser o setor que mais gera empregos, promove o crescimento econômico no local onde estão instaladas as empresas.

Neste artigo foi apresentada uma análise sobre como e onde estão sendo evidenciadas as informações de natureza ambiental das empresas do setor de transformação mineral localizadas no Estado do Pará. A partir das publicações contendo as formas de evidenciações realizadas anualmente pelas empresas pesquisadas, foi possível identificar como e onde são divulgadas as informações contábeis de natureza ambiental, qualitativas e quantitativas.

Quanto à evidenciação das informações contábeis de natureza ambiental, observou-se que as empresas não utilizam as formas de evidenciação obrigatórias para divulgá-las. Isso impossibilita a análise das ações de responsabilidade socioambiental, além de reduzir a credibilidade das informações publicadas.

Os eventos econômicos de natureza ambiental, realizados pelas empresas, não são registrados segregadamente, conforme seu fato gerador. Também não são considerados para a ratificação das ações socioambientais, conforme são divulgados nos meios de comunicação e nos relatórios institucionais de forma qualitativa.

Conclui-se, portanto, que a ausência de divulgação das informações contábeis de natureza ambiental, de forma segregada e quantitativa, por parte das empresas pesquisadas, impossibilita a avaliação da sustentabilidade organizacional de cada uma das empresas.

Caso as empresas divulgassem suas informações de natureza ambiental, independente de seu porte ou tipo societário, tais informações poderiam alimentar um banco de dados para a geração de novas informações ambientais. Seria possível, assim, obter indicadores de desempenho ambiental contábil que permitiriam análises mais

precisas, referentes à posição econômica da empresa em sua relação com o meio ambiente. Tanto para o presente quanto para o futuro, permitindo mensurar o nível de sustentabilidade organizacional.

As grandes empresas de capital fechado e as de porte menor não possuem modelos ou até mesmo critérios que possam ser utilizados para a análise de seu desempenho ambiental. Para amenizar tal fato, bastaria divulgar seus eventos econômicos de natureza ambiental de forma quantitativa e segregada para que a sociedade e os interessados pudessem acompanhar o seu desempenho econômico da empresa.

6. Referências

ABAL: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. **Relatório Anual do Alumínio**. São Paulo: ABAL, 2006.

ALBRÁS. **Informações institucionais**. Disponível em: <www.albras.net>. Acesso em: jul. 2007.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALUBAR. **Relatórios Institucionais**. Disponível em: <www.alubar.com.br>. Acesso em: jul. 2007.

ALUNORTE. **Responsabilidade social**. Disponível em: <www.alunorte.net>. Acesso em: jul. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. **Relatório Anual do Alumínio**. São Paulo: ABAL, 2006.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRAGA, C. **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 0032 de 1999, cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/PL_032_99.doc>. Acesso em: mar./2007.

CAMARGO CORREA. **Relatórios Anuais**. Disponível em: <www.camargocorrea.com.br>. Acesso em: jul. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Balanço Social do CFC 2005**. Brasília. DF: CFC, 2006.

COSIPAR. **Relatórios**. Disponível em: <www.cosipar.com.br>. Acesso em: jul. 2007.

DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2006.

DUTRA, R. G. **Evidenciação do passivo ambiental como instrumento de tomada de decisão**: um estudo de caso aplicado a uma empresa de mineração. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração e Finanças) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Mineração no Pará**: uma agenda pró-ativa para ampliar e potencializar os benefícios regionais. Belém: FIEPA, 2007.

ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: abr./2007.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREL, O. C. **Ética empresarial**: dilemas, tomadas de decisão e casos. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

IBRACON - INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. **Normas e procedimentos de auditoria - NPA 11**. São Paulo: IBRACON, 1996. Balanço e Ecologia.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

KOSZTRZEPA, R. O. **Evidenciação dos eventos relacionados ao meio ambiente**: um estudo em indústrias químicas. São Leopoldo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, UNISINOS, 2004.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente**. Disponível em: <<http://www.universoambiental.com.br>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

ONU-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Cooperação do Ministério Federal Austríaco dos Transportes, Inovação e Tecnologia. Assuntos Econômicos e Sociais. **Contabilidade da gestão ambiental: procedimentos e princípios**. Versão portuguesa de: Constança Peneda e Miguel Marçal, colaboração Paulo Saraiva e Cristina Santos. New York: ONU, 2001. Disponível em: <www.ioew.at/ioew>. Acesso em: 15 mar. 2009.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Pará. **Estado do Pará**: divisão política, econômica e social. Belém: SEICOM. Disponível em: <www.seicom.pa.gov.br>. Acesso em: nov. 2006a.

PARÁ (Estado). Secretária Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Estatísticas Municipais. Belém: SEPROF, 2006b.

REIS, Z. S. **Desenvolvimento sustentável no setor mineral**. CEBRAC. Disponível em: <www.cebrac.org.br>. Acesso em: 10 out. 2007.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVITZ, A. W. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.